

Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

v. 22 – n. 128

fevereiro/abril 2026

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Supremo Tribunal Federal – nº 38/2007
Superior Tribunal de Justiça – nº 58/2006

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor

Fábio Paixão

Coordenadores

Carlos Eduardo Adriano Japiassú – Oswaldo Henrique Duek Marques
Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado

Conselho Editorial

Alice Bianchini – André Vinícius Espírito Santo de Almeida – Aury Lopes Júnior
Carlos Ernani Constantino – Carolina Alves de Souza Lima – Celso de Magalhães Pinto
César Barros Leal – Cesar Luiz de Oliveira Janoti – Cezar Roberto Bitencourt
Claudio Brandão – Édson Luís Baldan – Eduardo Saad Diniz – Elias Mattar Assad
Eloisa de Souza Arruda – Ester Kosovski – Eugenio Raúl Zaffaroni (Argentina)
Fernando Capez – Fernando da Costa Tourinho Filho – Fernando de Almeida Pedroso
Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso – Gisele Mendes de Carvalho
Guilherme de Souza Nucci – Gustavo Octaviano Diniz Junqueira
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – João Mestieri – José Carlos Teixeira Giorgis
Luciano de Freitas Santoro – Luiz Flávio Borges D'Urso
Marco Antonio Marques da Silva – Marcus Alan de Melo Gomes – Michele Cia
Nadia Espina (Argentina) – Orlando Faccini Neto – Oswaldo Giacoia Júnior
Paulo Henrique Aranda Fuller – Raúl Cervini – Renato Marcão
Rômulo de Andrade Moreira – Ryanna Pala Veras – Sergio Demoro Hamilton
Tiago Caruso Torres – Umberto Luiz Borges D'Urso

Colaboradores deste Volume

Alcides Belfort da Silva – Ana Lúcia Tavares Ferreira
Bruno Lambert Mendes de Almeida – Carlos Eduardo Adriano Japiassú
Cesar Luiz de Oliveira Janoti – Cláudio Brandão – Gustavo Noronha de Ávila
Marcos Vinicius Dias Carrasco – Maria Eduarda Newlands Japiassú
Matheus Barbosa Melo – Oswaldo Henrique Duek Marques
Ricardo Batista Capelli – Verena Dias Barboza Munhoz
Vicenzo de Campos Agonilha Fayão

© Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

Publicação trimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com.
Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

n. 1 (ago./set. 2004)-.- Porto Alegre: Magister, 2004-

Trimestral. Coordenação: Carlos Eduardo Adriano Japiassú, Oswaldo Henrique Duek Marques e Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado.

n. 128 (fev./abr. 2026)

ISSN 1807-3395

1. Direito Penal – Periódico. 2. Direito Processual Penal – Periódico.

CDU 343(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos S. Lima – CRB 10/1273

Capa: Editora Magister

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20

Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos a centésima vigésima oitava edição da *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, destinada a contribuir para aperfeiçoar as ciências penais e processuais penais.

Abrimos a seção de *Doutrina* com o artigo intitulado “Biotecnologia e neurodireitos na instrução probatória penal”, de autoria de Gustavo Noronha de Ávila e Verena Dias Barboza Munhoz. A pesquisa estuda a possibilidade da regulamentação da utilização da neurotecnologia na instrução processual penal, por meio de uma política pública, a fim de que essa seja incorporada como meio de produção de prova, com vistas a proteger direitos fundamentais da personalidade das partes no processo.

Na sequência, temos o estudo apresentado por Alcides Belfort da Silva e Vicenzo de Campos Agonilha Fayão, que se intitula “Crimes cibernéticos: a tipificação penal e os desafios na efetivação das medidas legais de combate”. Os autores analisam a Lei nº 12.737/2012, o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados e a adesão à Convenção de Budapeste, evidenciando a evolução normativa perante a criminalidade digital. Destacam a sofisticação tecnológica dos ataques, aliada à vulnerabilidade de infraestruturas críticas, à dificuldade de obtenção de provas digitais e à natureza transnacional desses delitos, que ainda compromete a eficácia da repressão penal.

A revista prossegue com o texto “O genocídio na jurisprudência internacional”, escrito por Carlos Eduardo Adriano Japiassú, Ana Lúcia Tavares Ferreira e Maria Eduarda Newlands Japiassú. Os autores abordam as origens históricas do crime de genocídio e o desenvolvimento do conceito no direito internacional, além de examinarem os elementos do crime e os principais debates da doutrina jurídica e da jurisprudência internacional quanto à interpretação desses elementos, tais como os grupos protegidos, o número de vítimas, a intenção específica, os elementos contextuais, entre outros.

Em seguida, Bruno Lambert Mendes de Almeida, Matheus Barbosa Melo e Ricardo Batista Capelli participam da edição com o artigo “Prova digital e controle da atividade probatória no processo penal”. O texto examina os limites da obtenção de provas digitais no processo penal brasileiro, a partir das garantias constitucionais da privacidade e da intimidade. Partem da constatação de que a expansão dos meios tecnológicos ampliou significativamente

a capacidade estatal de acesso a dados, sem que tenham sido desenvolvidos mecanismos equivalentes de controle sobre sua utilização.

Seguimos com o estudo “Do direito penal de emergência à política criminal racional: uma delimitação hermenêutica trifásica à luz da separação harmônica de poderes”. Os autores, Cesar Luiz de Oliveira Janoti e Oswaldo Henrique Duek Marques, investigam se há um mecanismo procedimental tecnicamente idôneo e eficaz para a compreensão, elaboração, implementação e avaliação de políticas criminais. Partem da constatação de que a produção normativo-penal pátria tem sido preponderantemente pautada por reações emergenciais e simbólicas, que resultam em hipertrofia de tipos penais pouco eficazes e em desproporções sancionatórias flagrantes quando comparadas a figuras que tutelam bens jurídicos de maior densidade axiológica.

Marcos Vinicius Dias Carrasco discorre sobre o julgamento do RHC 163.334/SC pelo Pleno do STF, no qual se discutiu se o não pagamento do ICMS declarado ao Fisco seria idôneo para satisfazer as elementares típicas do crime de apropriação indébita fiscal (art. 2º, II, da Lei nº 8.137/90). O estudo está assim intitulado “A (in)suficiência e a (in)adequação dos requisitos jurisprudenciais da apropriação indébita fiscal”.

Finalizamos a edição com o parecer “Crimes contra a ordem tributária: tributo e crédito presumido”, de autoria de Cláudio Brandão. O parecer tem por objeto o exame de crime contra a ordem tributária constante no art. 1º da Lei nº 8.137/90 imputado na denúncia e ratificado nas alegações finais do Ministério Público do Estado de Pernambuco, nos autos de ação penal que tramita na Vara dos Crimes contra a Administração Pública e Ordem Tributária do Recife (PE).

Como coordenadores, estamos convencidos da excelência e atualidade dos textos apresentados, cuja leitura será, sem dúvida, de grande interesse para os estudiosos das ciências penais e processuais penais.

Carlos Eduardo Adriano Japiassú

Oswaldo Henrique Duek Marques

Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado

Sumário

Doutrina

1. Biotecnologia e Neurodireitos na Instrução Probatória Penal
Gustavo Noronha de Ávila e Vêrena Dias Barboza Munhoz 7
2. Crimes Cibernéticos: a Tipificação Penal e os Desafios na Efetivação das Medidas Legais de Combate
Alcides Belfort da Silva e Vincenzo de Campos Agonilha Fayão..... 24
3. O Genocídio na Jurisprudência Internacional
Carlos Eduardo Adriano Japiassú, Ana Lúcia Tavares Ferreira e Maria Eduarda Newlands Japiassú..... 45
4. Prova Digital e Controle da Atividade Probatória no Processo Penal
Bruno Lambert Mendes de Almeida, Matheus Barbosa Melo e Ricardo Batista Capelli.. 61
5. Do Direito Penal de Emergência à Política Criminal Racional: uma Delimitação Hermenêutica Trifásica à Luz da Separação Harmônica de Poderes
Cesar Luiz de Oliveira Janoti e Oswaldo Henrique Duek Marques 77
6. A (In)Suficiência e a (In)Adequação dos Requisitos Jurisprudenciais da Apropriação Indébita Fiscal
Marcos Vinicius Dias Carrasco 106

Parecer

1. Crimes Contra a Ordem Tributária: Tributo e Crédito Presumido
Cláudio Brandão 122

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Tráfico de Drogas. Busca Pessoal e Domiciliar. Tema nº 280 da Sistemática da Repercussão Geral. Alegação de Violação de Preceitos da Constituição Federal. Denúncia com Indicação de Endereço. Justa Causa. Abordagem Policial. Via Pública. Ausência de Ilegalidade. Fundadas Razões. Licitude da Prova. Recurso Extraordinário Provido
Rel. Desig. Min. Dias Toffoli..... 146
2. Superior Tribunal de Justiça – Revisão Criminal. Estupro de Vulnerável. Retratação Judicial das Vítimas em Justificação Criminal. Prova Nova Insuficiente para Absolução. Recurso Provido
Rel. Min. Og Fernandes..... 164

3. Superior Tribunal de Justiça – Estelionato Eletrônico e Lavagem de Capitais. Jurisdição Brasileira. Competência da Justiça Estadual. Cooperação Jurídica Internacional Direta. Imagens de Câmeras de Condomínio. Alegadas Nulidades Probatórias. Trancamento da Ação Penal. Impossibilidade <i>Rel. Min. Sebastião Reis Júnior</i>	177
4. Superior Tribunal de Justiça – Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor. Prisão Preventiva Mantida. Decisão Fundamentada. Garantia da Ordem Pública. Gravidade Concreta. Histórico Criminal Desabonador. Maus Antecedentes e Reincidência. Risco Concreto de Reiteração Delitiva. Presunção de Inocência Não Violada. Prisão Domiciliar Inviável por Ausência de Comprovação da Essencialidade da Assistência Paterna <i>Rel. Min. Sebastião Reis Júnior</i>	185
Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários	189